

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2021

**AO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO
LAFAIETE**

**OBJETO: RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2021,
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2021**

A **Peixe Vivo Histórias: Memória e Patrimônio**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ: 27.450.497/0001-04**, com sede em Belo Horizonte, na Rua Sergipe 1348, apto.701, Savassi, CEP 30.130.171, por meio do representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, apresentar, **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que a inabilitou no Processo Licitatório Nº 087/2021, Modalidade: Pregão Presencial Nº 045/2021, nos termos a seguir:

I – Da Tempestividade:

A interposição do presente recurso foi devidamente manifestada pelo representante legal da interessada no momento da realização do certame, conforme disposto na ata de sessão, na data de 2/8/2021. As razões do recurso estão sendo apresentadas no dia 3/8/2021, restando, portanto, devidamente cumprido o prazo de três dias, que encerraria no dia 5/8/2021.

II- Dos Fatos e Fundamentos

Na realização da Sessão do Pregão Presencial nº 087/2021, de objeto “Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria na elaboração de trabalhos técnicos para a obtenção do recurso referente ao ICMS Cultural do Município de Conselheiro Lafaiete, para o ano base 2021, exercício 2023; e ano base 2022, exercício 2024, conforme especificado no item 18 e Anexo I - Termo de Referência”, a empresa Peixe Vivo Histórias: Memória e Patrimônio apresentou a proposta de preços mais vantajosa durante a fase de disputa e, não obstante, foi inabilitada com a alegação de não apresentar documentação referente à alínea C do item 9.6.4.3 do Edital, especificamente referente à comprovação de realização de laudo de estado de conservação de sítio arqueológico pela empresa/responsável técnica.

Para contextualização, o referido item do Edital é assim descrito:

9.6.4.3. Os atestados de capacidade técnica demandados para comprovação da capacidade técnica operacional e profissional deverão comprovar características semelhantes indicados no termo de referência para os itens abaixo indicados como de **MAIOR RELEVÂNCIA**: (...)

c) realização de laudos de estado de conservação de conjunto paisagístico, **sítio arqueológico**, bens imóveis e bens móveis.

Acontece, no entanto, que o objeto contratado não prevê, em nenhuma forma ou momento, a execução de serviços referentes a sítios arqueológicos. Essa atividade não consta em nenhum ponto do escopo dos serviços listados no anexo do respectivo edital e, portanto, é irrelevante para a comprovação de capacidade técnica da empresa licitante.

Ademais, pontua-se que o Programa ICMS Patrimônio Cultural, objetivo final deste certame, é pautado pela Lei 18.030/2009 e com suas diretrizes de participação e avaliação determinadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, por meio da DN CONEP 01/2021 e Portaria IEPHA 06/2021, que dizem respeito às ações de políticas públicas de preservação, conservação, difusão, educação e salvaguarda de bens culturais protegidos no âmbito municipal.

Dessa forma, no que diz respeito à execução dos laudos de estado de conservação dos bens culturais tombados na esfera municipal, a Portaria IEPHA 06/2021 discorre que:

5. Os laudos de estado de conservação devem ser realizados por profissionais competentes e que estejam aptos para tal. Os conselhos de classe profissionais são soberanos em relação a essas determinações. A título de informação, sugere-se as seguintes qualificações profissionais:

5.1. Bens imóveis /Estruturas arquitetônicas (BI): arquiteto urbanista ou engenheiro civil;

5.2. Bens móveis e Bens integrados (BM): restaurador, museólogo, historiador ou arquiteto urbanista.

5.3. Núcleos históricos urbanos (NH): arquiteto urbanista

5.4. Conjuntos paisagísticos (CP):

a) Conjuntos paisagísticos urbanos: arquiteto urbanista;

b) Conjuntos paisagísticos naturais: biólogo, arquiteto, paisagistas, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro agrimensor, geólogo e geógrafo;

c) Conjuntos paisagísticos arqueológicos: arqueólogo;

d) Conjuntos paisagísticos espeleológicos: espeleólogo, engenheiro de minas ou geólogo. (Anexo VIII – QIIIA – Portaria IEPHA 06/2021. Grifo nosso).

O município de Conselheiro Lafaiete não possui nenhum sítio arqueológico tombado na esfera municipal apresentado ao Programa ICMS Patrimônio Cultural e que poderia ser objeto na realização de laudo de estado de conservação. A listagem de bens culturais protegidos participantes do Programa ICMS Patrimônio Cultural pode ser verificada por meio do site do Instituto, em: http://www.iepha.mg.gov.br/images/LISTA_BENS_PROTEGIDOS_atualiza%C3%A7%C3%A3o_at%C3%A9_exerc%C3%ADcio_2021_SITE.pdf (acesso em 03/08/2021).

Tão pouco é objeto do certame tombamento de sítio arqueológico, para que, no exercício 2024 do Programa ICMS Patrimônio Cultural, tal laudo tivesse que ser elaborado.

É importante ressaltar que as atividades relacionadas aos sítios arqueológicos devem, por força de lei, ser desempenhadas exclusivamente por profissional de arqueologia. Ocorre que o próprio edital, item 9. 6. 3, não exige que a equipe mínima seja composta por referido profissional. Ou seja, o próprio instrumento convocatório reconhece que não há a obrigatoriedade desse serviço dentro das qualificações a serem apresentadas pela empresa licitante, uma vez que não considera o arqueólogo

como membro da equipe mínima a ser envolvida no serviço. Caso contrário, o serviço seria executado por profissional legalmente impedido de atuar na área.

O art. 3, 1º, inciso I da Lei de Licitações nº 8666/93, é taxativo ao vedar aos procedimentos licitatórios: *“admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, (...) ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (...)”*

No mesmo sentido, a Professora Tatiana Camarão defende, acertadamente, que a “habilitação técnica é comprovada mediante os atestados de capacidade técnica, direcionada à comprovação da capacidade da empresa de prestar o serviço”. Em diversos acórdãos, o Tribunal de Contas da União é taxativo ao afirmar que **é inadmissível a inclusão de condições que não estejam estrita e diretamente relacionadas ao objeto contratual**. Qualquer ato nesse sentido pode configurar um salvo-conduto para restringir a participação de potenciais interessados, restringindo empresas sérias e plenamente capazes de executar o serviço. Dessa forma, a Administração Pública será indevidamente afastada da proposta mais vantajosa, sendo, sem dúvidas, uma grave ofensa aos princípios da isonomia e da economicidade.

Ora, se o serviço a ser prestado não tem em seu escopo atividades relacionadas à sítios arqueológicos é impossível à Administração municipal exigir que a empresa licitante apresentasse qualquer qualificação técnica referente a esse item.

Ademais, é essencial atentar que a redação do item 9.6.4.3 prevê **“MAIOR RELEVÂNCIA”** aos itens elencados, **não configurando, de forma alguma, uma exigência taxativa** de cumprimento idêntico dos itens elencado, sendo mera orientação. Essa percepção é reforçada pela completa ausência de qualquer menção de atividade relacionada à sítios arqueológicos no detalhamento do instrumento convocatório. Não faria sentido exigir qualificação de serviço que não será prestado.

Nesse sentido, reafirmamos que a documentação apresentada pela Peixe Vivo Histórias: Memória e Patrimônio cumpre perfeitamente ao disposto no edital e atende plenamente aos requisitos para a prestação do serviço, sendo, inclusive, a proposta economicamente mais vantajosa para essa Administração.

Ainda assim, uma vez que a Administração insista na necessidade de exigência da referida qualificação, é notório que o instrumento convocatório apresenta vício que compromete seu entendimento e gera obstáculos à participação dos interessados.

Por todos os motivos citados acima, a exigência de comprovação de realização de laudo de estado de conservação de sítio arqueológico é incoerente com a descrição das demais condições editalícias, comprometendo a compreensão do serviço licitado.

Em todo caso, estaríamos diante de afronta direta à diversos princípios básicos da Administração, como o do interesse público, da eficiência e o da ampla participação. Nesse sentido, é inadmissível

que a Administração Pública compactue com tamanha arbitrariedade e tem como dever revisar os seus atos eivados de legalidade, ressalta-se, a qualquer tempo.

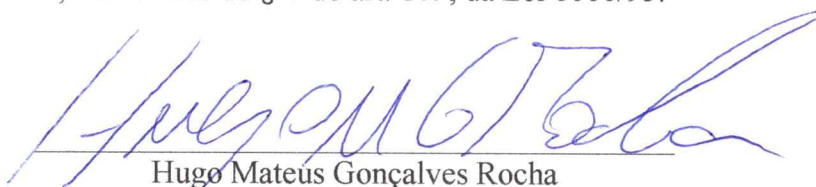
Nas palavras de Maria Sylvia Zanella di Pietro “pela autotutela o controle se exerce sobre os atos, com a possibilidade de anular ou convalidar os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independente de recurso ao Poder Judiciário”.

Conforme expressamente previsto no art. 53 da Lei 9784/99: “A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”. Ressalta-se, portanto, tratar de um poder-dever, ou seja, uma obrigação, da qual, revelada a flagrante ilegalidade, a Administração não pode se esquivar, sob pena de omissão. Certamente, não é o que a Administração municipal deseja fazer.

III- Dos Pedidos

Diante de todo o exposto, pede-se o deferimento deste recurso:

- 1) Que seja considerada suficiente a documentação de habilitação apresentada pela empresa Peixe Vivo Histórias: Memória e Patrimônio, confirmando, portanto, a sua habilitação no certame;
- 2) Que, caso não seja habilitada a empresa Peixe Vivo Histórias: Memória e Patrimônio, o certame seja anulado em virtude dos vícios apontados no Edital;
- 3) Que qualquer decisão seja devidamente fundamentada e, se for o caso, seja analisada pela autoridade superior, nos termos do § 4º do art. 109, da Lei 8666/93.



Hugo Mateus Gonçalves Rocha
Representante Legal - CPF nº 106.720.276-58
Peixe Vivo Histórias: Memória e Patrimônio



Lorena Cristina Silva Ribeiro
Advogada - OAB/MG 206107